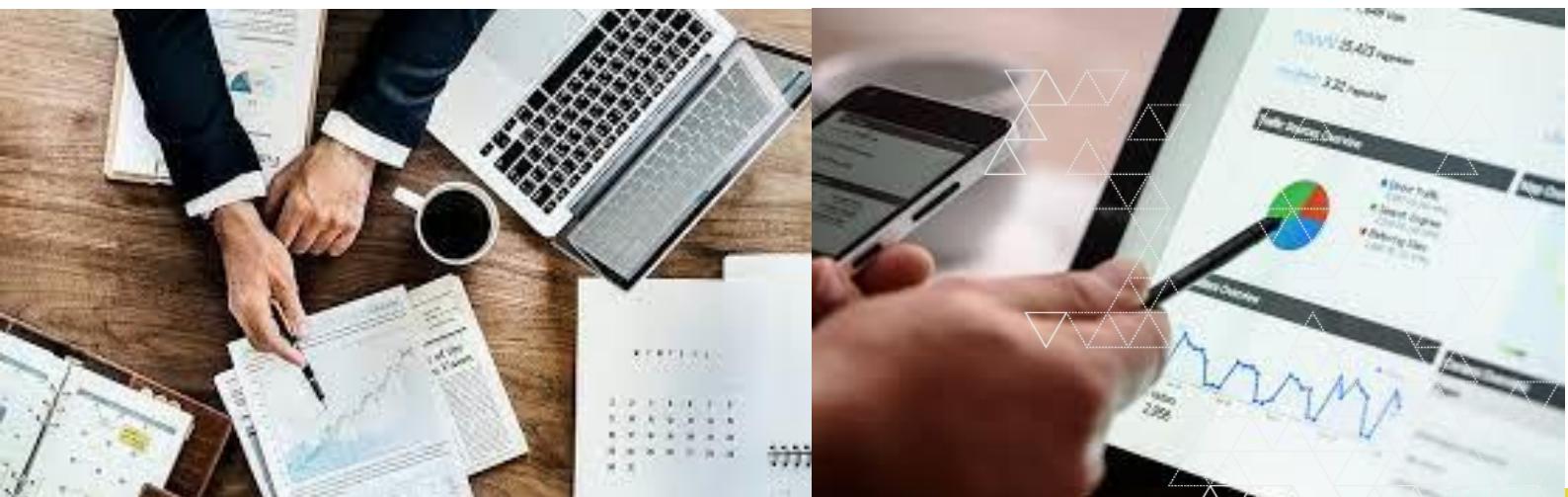


RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

EXERCÍCIO DE 2023



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de Dezembro de 2023

Relatório N° 10/23
MARÇO/2024

Telefone +55 51 3207-9961
Av. Padre Cacique, 230 - sala 203
CEP 90020-120 – Porto Alegre/RS, Brasil
capitalauditores.com.br

Telefone +55 51 98119-7680
Rua Barata Ribeiro, 383, sala 806
CEP 22040-001– Rio de Janeiro/RJ, Brasil
capitalauditores.com.br

S U M Á R I O

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.....	8
2.1 - ATIVO.....	8
2.2 - PASSIVO	9
3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 2023 E 2022	10
4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	12
6 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	13

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores da

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da **SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor

independente que emitiu relatório em 16 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração e pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração e governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- avaliamos a adequação geral, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de março de 2024.

Alexandre dos Santos Valente
Sócio – Responsável
Contador - CRC/RS nº. 052.679/O-0
CNAI 3.330



Capital Auditores e Consultores Empresariais S/S
CRC/RS 7.543/O

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM
31/12/2023**

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

2.1 - ATIVO

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE	<u>71.961.139,17</u>	<u>59.901.842,05</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.002.424,16	10.879.508,63
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	4.684.356,91	2.705.425,72
Mensalidades a Receber	30.825.805,85	26.526.819,18
(-) Perdas Est. em Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.725.264,59)	(1.625.296,61)
Subvenção a Receber - Com Restrição	4.739.410,00	8.710.245,77
Outras Contas a Receber	5.360.492,19	6.002.775,28
Tributos a Compensar e Recuperar	324,33	960,25
Despesas Antecipadas	73.590,32	6.701.403,83
NÃO CIRCULANTE	<u>77.194.931,61</u>	<u>73.222.187,96</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>3.019.626,95</u>	<u>6.585.317,96</u>
Mensalidades a Receber	644.638,06	769.764,48
Depósitos Judiciais	415.887,38	432.431,78
Subvenção a Receber - Com Restrição	206.583,00	3.265.261,56
Títulos e Valores Mobiliários	1.752.518,51	2.117.860,14
INVESTIMENTOS	<u>9.450,09</u>	<u>9.450,09</u>
IMOBILIZADO	<u>74.134.393,72</u>	<u>66.575.811,19</u>
INTANGÍVEL	<u>31.460,85</u>	<u>51.608,72</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>149.156.070,78</u>	<u>133.124.030,01</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

2.2 - PASSIVO

PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	<u>116.881.958,35</u>	<u>97.766.284,72</u>
Fornecedores	15.711.776,92	15.424.555,67
Empréstimos e Financiamentos	25.218.753,44	12.235.475,76
Obrigações Trabalhistas	18.637.719,60	16.128.191,33
Obrigações Fiscais	115.905,01	315.586,25
Subvenção a Realizar - Com Restrição	9.423.766,91	11.415.671,49
Contas a Pagar	2.240.939,26	116.534,78
Provisões	20.524.075,69	18.442.591,11
Receitas Antecipadas	25.009.021,52	23.687.678,33
NÃO CIRCULANTE	<u>21.574.577,81</u>	<u>39.445.577,17</u>
Empréstimos e Financiamentos	19.813.074,81	32.031.828,25
Subvenção a Realizar - Com Restrição	206.583,00	3.265.261,56
Provisões	1.554.920,00	4.148.487,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>10.699.534,62</u>	<u>(4.087.831,88)</u>
Patrimônio Social	(4.109.218,32)	131.842.913,91
Cisão e Incorporação	-	(144.743.312,64)
Superávit do Período	14.808.752,94	8.812.566,85
TOTAL DO PASSIVO	<u>149.156.070,78</u>	<u>133.124.030,01</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 2023 E 2022

	<u>NE's</u>	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL			
Receitas com Mensalidades Escolares		411.457.242,04	362.200.152,04
Receitas com Subvenções - Com Restrição	<u>14c</u>	10.424.392,80	8.878.979,97
Doações Recebidas - Sem Restrição	<u>14b</u>	228.755,74	195.167,12
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(61.663.350,07)	(52.367.724,54)
Devolução e Cancel. de Mensalidades		(1.394.332,55)	(1.259.399,50)
Bolsas de Estudo Integral - 100%	<u>14e</u>	(43.910.033,80)	(36.658.580,94)
Bolsas de Estudo Parcial - 50%	<u>14e</u>	(1.066.857,89)	(1.100.342,76)
Evasão	<u>14e</u>	(683.957,24)	(806.582,66)
Descontos de Conv. Coletiva e Mensalidades		(14.608.168,59)	(12.542.818,68)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		360.447.040,51	318.906.574,59
(-) Custo dos Serviços Prestados		(325.702.527,79)	(279.781.484,89)
Pessoal - Educação		(213.347.837,54)	(188.335.052,87)
Benefícios Complementares - Educação		(1.971.500,64)	(1.676.955,46)
Gastos Gerais da Operação - Educação		(101.607.151,65)	(82.615.927,94)
Pessoal - Assistência Social		(5.178.243,61)	(4.361.744,76)
Gastos Gerais da Operação - Assistência Social		(3.597.794,35)	(2.791.803,86)
SUPERÁVIT OPERACIONAL BRUTO		34.744.512,72	39.125.089,70
RECEITA/DESPESA OPERACIONAL		(10.599.472,80)	(21.893.143,26)
Aluguéis Recebidos		1.396.793,30	2.308.285,16
Receitas com Cursos Assistemáticos		25.384.700,28	20.311.599,99
Outras Receitas Operacionais		8.122.754,99	6.700.832,21
Despesas com Pessoal		(19.760.444,48)	(22.346.022,79)
Despesas Gerais e Administrativas		(13.884.000,53)	(17.656.671,35)
Despesas com Depreciação e Amortização		(907.934,58)	(953.831,62)
Despesas Tributárias e Contribuições Sociais		(526.948,98)	(1.378.354,89)
Despesas com Subvenções - Com Restrição	<u>14c</u>	(10.424.392,80)	(8.878.979,97)
Contribuição Previdenciária	<u>14d</u>	(51.551.986,22)	(46.528.750,46)
Isenção Contribuição Previdenciária	<u>14d</u>	51.551.986,22	46.528.750,46
SUPERÁVIT OPERACIONAL LÍQUIDO		24.145.039,92	17.231.946,44
DÉFICIT FINANCEIRO LÍQUIDO		(8.909.977,64)	(6.965.369,93)
Receitas Financeiras		4.071.522,63	7.040.031,98
Despesas Financeiras		(12.981.500,27)	(14.005.401,91)
+/- OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(426.309,34)	(1.454.009,66)
Resultado nas Vendas/Baixas de Ativos			
Imobilizados		(268.984,82)	32.826,07
Despesas Congregacionais		(157.324,52)	(1.486.835,73)
SUPERÁVIT DO PERÍODO	<u>14a</u>	14.808.752,94	8.812.566,85

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUTAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	CISÃO PARCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2021	97.123.562,18	(144.816.447,17)	34.630.268,31	(13.062.616,68)
Incorporação ao Patrimônio Social	34.630.268,31	-	(34.630.268,31)	-
Superávit do Período	-	-	8.812.566,85	8.812.566,85
Cisão Parcial	-	73.134,53	-	73.134,53
Troca de Manutenção	89.083,42	-	-	89.083,42
SALDO EM 31/12/2022	131.842.913,91	(144.743.312,64)	8.812.566,85	(4.087.831,88)
Incorporação ao Patrimônio Social	8.812.566,85	-	(8.812.566,85)	-
Superávit do Período	-	-	14.808.752,94	14.808.752,94
Cisão Parcial	(144.743.312,64)	144.743.312,64	-	-
Troca de Manutenção	(21.386,44)	-	-	(21.386,44)
SALDO EM 31/12/2023	(4.109.218,32)	-	14.808.752,94	10.699.534,62

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	2023	2022
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Período	14.808.752,94	8.812.566,85
Ajustes por:		
Cisão e Incorporação	-	73.134,53
Troca de Manutenção	(21.386,44)	89.083,42
Despesas Antecipadas	6.627.813,51	(6.701.403,83)
Depreciação	9.283.688,63	8.137.759,57
Aumento (diminuição) das Contas do Ativo e Passivo:		
Mensalidades e Contas a Receber	(634.514,92)	(8.539.507,67)
(-) Perda Est. em Crédito de Liquidação Duvidosa	99.967,98	(41.956,46)
Adiantamentos a Func. e Fornecedores	948.647,11	(1.991.220,46)
Fornecedores	287.221,25	8.660.432,76
Obrigações Fiscais	(199.045,32)	196.332,34
Obrigações Trabalhistas	2.509.528,27	2.736.551,96
Subvenção a Realizar - Com Restrição	(5.050.583,14)	14.665.672,25
Contas a Pagar	2.124.404,48	(117.880,38)
Provisões	2.081.484,58	3.042.296,96
Receitas Antecipadas	1.321.343,19	2.391.998,38
Realizável a Longo Prazo	3.200.349,38	(4.018.486,04)
Provisões - LP	(2.593.567,36)	716.775,36
<i>Caixa gerado pelo fluxo operacional</i>	34.794.104,14	28.112.149,54
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Imobilizado	(18.224.782,75)	(45.301.218,93)
Vendas/Baixas de Imobilizado	1.402.659,46	6.298.085,10
Aplicações Financeiras	365.341,63	9.986.469,57
<i>Caixa gerado pelo fluxo de investimento</i>	(16.456.781,66)	(29.016.664,26)
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos	764.524,24	(12.235.475,77)
<i>Caixa gerado pelo fluxo de financiamento</i>	764.524,24	(12.235.475,77)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	19.101.846,72	(13.139.990,49)
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO ANO	13.584.934,35	26.724.924,84
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO	32.686.781,07	13.584.934,35

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

6 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

"A Sociedade Meridional de Educação é uma pessoa Jurídica de direito privado inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Ofício dos Registros Especiais de Santa Maria - RS sob nº 464 do Livro A nº 5 em 03/09/1975. Entidade benéfica de Assistência Social com atividade preponderante na área da Educação, filantrópica e sem fins econômicos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS conforme processo nº 89.746/53, portadora do Certificado de Entidade Benéfica de Assistência Social - CEBAS, o qual foi renovado conforme Portaria do MEC nº 969 de 02/09/2021, publicado no Diário Oficial da União em 20/01/2022 com validade de 01/01/2019 a 31/12/2021, através do Processo 23000.037874/2018-55. A solicitação de renovação deste certificado foi protocolada em 26/08/2021 através do processo 23000.022002/2021-98 em tramitação no Ministério da Educação. A Entidade tem por finalidade promover, na comunidade, a educação, a assistência social, a cultura, a pesquisa, a ecologia, a qualificação profissional, a integração ao mercado de trabalho, e outras atividades benéficas de forma integrada às políticas setoriais, visando o atendimento, o assessoramento, a defesa e garantia de direitos, podendo, para tanto, firmar contratos e parcerias.

As principais atividades educacionais da Entidade compreendem o Ensino Básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio), prestado através dos Colégios e Escolas Maristas no estado do Rio Grande do Sul localizados nas cidades de Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canela, Erechim, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, Uruguaiana e Viamão, um Colégio Marista no estado de Mato Grosso localizado em SINOP e um Colégio Marista localizado em Brasília. A Entidade também atua com atividades de Assistência Social prestadas através de Centros Sociais Maristas localizados no estado do Rio Grande do Sul nas cidades de Gravataí, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Santa Maria. O total dos custos e despesas da atividade meio que é a Assistência Social não supera 30% (trinta por cento) dos custos e despesas totais da entidade."

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, consideradas as disposições emanadas da Lei nº 6.404/76 com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dada pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) aplicável às entidades sem finalidade de lucros, Decreto nº 11.791/2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 187/21 no que tange o processo de certificação das entidades benéficas de assistência social e imunidade das contribuições para a seguridade social e para as situações não previstas nesta norma, a aplicação integral dos pronunciamentos

técnicos emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. As demonstrações contábeis foram auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade. A Administração da Entidade autorizou a emissão e publicação das demonstrações contábeis em 23/04/2024.

3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A escrituração contábil registra as despesas e receitas, bem como o registro da gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade. Os livros, documentos contábeis e fiscais da Entidade são emitidos em forma eletrônica através do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil, bem como, conserva pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.

4 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

5 - AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados:

- a) As receitas e despesas foram apropriadas pelo princípio da competência dos exercícios e reconhecidas nos resultados dos mesmos;
- b) Os direitos e obrigações da Entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais;
- c) Os Ativos e Passivos de até 360 dias (um ano) foram considerados como circulantes;
- d) Os Ativos e Passivos após 360 dias (um ano) foram considerados como não circulantes;
- e) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, com os rendimentos financeiros reconhecidos como receita até a data do encerramento do exercício.

6 - ATIVO CIRCULANTE

"a) O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Também representam saldos de recursos de convênios e parcerias para aplicação em projetos específicos. Por determinação contratual, enquanto não utilizados os recursos de convênio devem permanecer aplicados em instrumentos de liquidez imediata de baixo risco como poupança e renda fixa.

As disponibilidades da Entidade só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou instituições controlados pelo governo federal. A Entidade deve manter no máximo 30% de suas aplicações em uma mesma instituição ou conglomerado financeiro. Em 31 de Dezembro de 2023 a Entidade mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco NBC Bank S.A., Banco Ativa Investimentos, Banco Bradesco e Banco Sicoob. As aplicações da Entidade possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Entidade. Essas aplicações financeiras referem-se a: (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB); (b) Aplicações automáticas (recursos creditados no último dia útil, fora do expediente bancário); (c) Os recursos com fins específicos (subvenções) aplicados em poupança. Os títulos e valores mobiliários com prazo superior a 360 dias (um ano) estão classificados no Ativo Não Circulante na Nota Explicativa 7d."

Caixa e Equivalentes de Caixa	2023	2022
Total	32.686.781,07	13.584.934,35
Caixa	124.589,07	109.590,33
Bancos c/ Disposição - Sem Restrição	389.167,49	1.354.927,12
Bancos c/ Disposição - Com Restrição	44.359,45	40.766,97
Títulos e Valores Mobiliários - Sem Restrição	14.488.667,60	9.414.991,18
Títulos e Valores Mobiliários - Com Restrição	4.639.997,46	2.664.658,75
Bancos c/Disposição - Sem Restrição Conta Garantida	13.000.000,00	-

b) Os valores de clientes a receber são títulos de mensalidades a receber registradas pelo valor dos boletos/faturas emitidos com base em contrato educacional curricular e complementar, além de seus aditivos, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. Os valores registrados no Ativo Circulante são títulos com vencimento até 360 dias (um ano). Acima de 360 dias (um ano) de vencimentos, os títulos foram reclassificados para o Ativo Não Circulante.

Clientes a Receber	2023	2022
Total	30.825.805,85	26.526.819,18
Mensalidades a Receber Ano de 2017	-	1.630.190,03
Mensalidades a Receber Ano de 2018	1.377.615,63	1.410.446,99
Mensalidades a Receber Ano de 2019	1.903.009,21	2.026.561,92
Mensalidades a Receber Ano de 2020	2.023.619,46	2.173.857,53
Mensalidades a Receber Ano de 2021	1.336.273,25	1.630.355,06
Mensalidades a Receber Ano de 2022	1.428.234,24	-

Mensalidades a Receber Ano Corrente	9.234.990,82	6.360.151,82
Negociações de Mensalidades a Receber	13.326.672,82	11.208.140,90
Aluguéis a Receber	195.390,42	87.114,93

c) A Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi calculada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas de acordo com estimativas da Administração. Os últimos 5 anos anteriores ao ano corrente são provisionados com base no % de Inadimplência média dos Colégios, já o saldo referente ao 6º ano é baixado em sua totalidade para Perdas com Inadimplentes.

(-) Provisões	2023	2022
Total	(1.725.264,59)	(1.625.296,61)
Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	(1.725.264,59)	(1.625.296,61)

"d) Subvenção a Receber - Com Restrição - Valores a receber de curto prazo referente a contratos de parcerias com entidades públicas e privadas. Quando se destinam a projetos específicos, os recursos são ingressados em bancos, conta movimento ou aplicações financeiras, tendo como contrapartida recursos de projetos no passivo circulante. Tais recursos são utilizados para pagamento dos gastos previstos nos respectivos projetos e, enquanto não utilizáveis, são aplicados no mercado financeiro; a totalidade das receitas financeiras é revertida, quando permitido, para o próprio projeto.

Parceria SCFV refere-se a Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos em situação de vulnerabilidade. Parceria SAF refere-se a Serviço de Atendimento à Famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Parceria VEPMA é um projeto que visa a realização de curso básico de culinária e padaria (adultos). Parcerias Educação Integral refere-se a atendimento a adolescentes/estudantes do 1º ao 9º ano do ensino médio. Parcerias Educação Infantil atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade. Parcerias PMSE atendimentos à crianças da educação infantil e alunos do 9º ano. Valores acima de 360 dias (um ano) estão classificados o Ativo Não Circulante na Nota Explicativa 7c."

Subvenções a Receber	2023	2022
Total	4.739.410,00	8.710.245,77
Parcerias SCFV	1.093.208,28	3.269.385,67
Parcerias SAF	48.102,41	665.322,90
Parcerias VEPMA	5.610,37	5.610,37
Parcerias Educação Integral	75.645,39	3.224.632,39
Parcerias Educação Infantil	3.222.513,55	1.537.444,24
Parcerias PNAE	19.330,00	7.850,20
Emenda	275.000,00	-

e) Outras Contas a Receber - O grupo Outras Contas a Receber apresenta nos anos de 2023 e 2022 respectivamente a seguinte composição: - Valores a Receber correspondem a venda de Ativo Imobilizado (Veículos); - Contas a receber correspondem a créditos diversos a receber, como por exemplo Adiantamento de Seguro Educacional e valores a receber de parcerias; - Adiantamento a Fornecedores correspondem a valores repassados financeiramente para

aquisição de produtos e/ou prestação de serviços; - Adiantamento a Funcionários, Férias, viagens e insuficiência de saldo correspondem aos colaboradores; - Tributos a Compensar e Recuperar correspondem a valores de tributos pagos a maior e/ou em duplicidade, em processo de restituição juntos aos órgãos competentes.

Outras Contas a Receber	2023	2022
Total	5.360.816,52	6.003.735,53
Valores a Receber - Alienação de Bens	6.000,00	6.000,00
Contas a Receber	450.554,73	144.190,71
Adiantamento a Fornecedores	685.215,17	2.086.492,71
Adiantamentos a Funcionários	164.931,85	202.432,68
Adiantamento a Férias	4.053.790,44	3.563.659,18
Tributos a Compensar e Recuperar	324,33	960,25

f) Despesas a Apropriar - São compostas por apropriações de Material Didático recebidos em 2023, porém com destinação para uso dos colégios para o exercício de 2024 e seguros veicular e patrimonial do exercício 2023.

Despesas a Apropriar	2023	2022
Total	73.590,32	6.701.403,83
Prêmios de Seguro a Apropriar	-	3.283,40
Material Didático a Apropriar	73.590,32	6.698.120,43

7 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

- a) Negociações a receber são valores de mensalidades a receber que foram negociadas e que o seu prazo de recebimento é superior a 360 dias (um ano).
- b) Valores a Receber Alienação de Bens, são valores de vendas de Ativos Imobilizados e que seu prazo de recebimento é superior a 360 dias (um ano).
- c) Os depósitos Judiciais referem-se à reclamatórias trabalhistas em andamento na Justiça do Trabalho. O grupo Depósitos Judiciais apresenta nos anos de 2023 e 2022 respectivamente a seguinte composição:

Depósitos Judiciais	2023	2022
Total	415.887,38	432.431,78
Depósitos Judiciais Trabalhistas	415.887,38	432.431,78

- d) Subvenções a Receber - com restrição LP - Valores a receber de longo prazo referente a contratos de parcerias com entidades públicas e privadas, com prazo de recebimentos superiores a 360 dias (um ano). Parcerias Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade e idosos (60 anos para cima).

Subvenções a Receber - Longo Prazo	2023	2022
Total	206.583,00	3.265.261,56
Parcerias Educação Infantil	-	2.737.175,64
Parcerias SCFV	206.583,00	528.085,92

e) Títulos e Valores Mobiliários LP - Aplicações financeiras com prazo de resgate superiores a 360 dias (um ano), com instituições que atendam a pelo menos um dos critérios: classificação de Rating seja AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou Instituições controladas pelo Governo Federal.

Títulos e Valores Mobiliários	2023	2022
Total	1.752.518,51	2.117.860,14
Banco Safra S/A	-	648.819,68
Banco XP Investimentos S/A	1.752.518,51	1.469.040,46

8 - INVESTIMENTOS

Os Investimentos são compostos exclusivamente por ações junto à empresa Brasil Telecom.

9 - IMOBILIZADO

a) Os bens do Ativo Imobilizado são demonstrados pelo custo original de aquisição ou construção acrescidos de correção monetária. As imobilizações apresentam a seguinte composição com as respectivas aquisições e baixas no período de 2023:

Imobilizado	Saldo inicial	Aquisições	Baixas/ Transferências	Deprec. Acumulada	Saldo Final
Benfeitorias em Propriedades Arrendadas	2.807.652,94	-	33.303.790,62	(116.262,74)	35.995.180,82
Equipamentos de Informática	13.909.182,73	2.235.542,63	(491.780,59)	(4.157.134,41)	11.495.810,36
Máquinas e Equipamentos	3.357.049,49	1.082.540,76	(13.138,86)	(714.115,55)	3.712.335,84
Móveis e Utensílios	20.717.026,19	4.886.002,20	(148.328,82)	(4.046.166,97)	21.408.532,60
Prédios	435.806,32	-	-	(6.845,16)	428.961,16
Terrenos	112.608,42	-	-	-	112.608,42
Veículos	836.508,71	-	-	(223.015,93)	613.492,78
Imobilizado em Andamento	24.399.976,39	10.020.697,16	(34.053.201,81)	-	367.471,74
Total	66.575.811,19	18.224.782,75	(1.402.659,46)	(9.263.540,76)	74.134.393,72

b) A partir de 01/01/2012, com base em laudo técnico, as depreciações de Prédios estão sendo calculadas em taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil. No ano de 2014 foi realizada a identificação física do patrimônio e a definição de vida útil para os itens nas contas de Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos, Software e bens destinados às parcerias. Em 01/01/2022, a Entidade passou a adotar o registro e contabilização de Benfeitorias em Propriedades de Terceiros, conforme inciso IV, do artigo 179, da Lei nº 6.404, de 1976 - Lei das S/A). São melhorias, ampliação ou reforma, com expectativa de vida útil superior a 1 ano, e que a empresa possa ter benefícios econômicos em decorrência da sua utilização e o custo do ativo possa ser medido com segurança. Esse processo está validado mediante contrato de Comodato entre Sociedade Meridional de

Educação e Ensino - SOME (Comodatária) e Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA (comodante).

Abaixo está demonstrada a vida útil dos itens de Ativo Imobilizado:

Conta Patrimonial	Vida Útil
Benfeitorias em Propriedades Arrendadas	25 Anos
Equipamentos de Informática	10 Anos
Máquinas e Equipamentos	10 Anos
Móveis e Utensílios	10 Anos
Parcerias Equipamentos de Informática	10 Anos
Parcerias Máquinas e Equipamentos	10 Anos
Parcerias Móveis e Utensílios	10 Anos
Prédios	25 Anos
Software	5 Anos
Veículos	3 Anos

10 - INTANGÍVEL

O Intangível é composto por marcas e patentes e softwares. As imobilizações apresentam a seguinte composição com as respectivas aquisições e baixas no período de 2023:

Intangível	Saldo inicial	Aquisições	Baixas/Transferências	Amortização Acumulada	Saldo Final
Software	51.208,72	-	-	(20.147,87)	31.060,85
Marcas e Patentes	400,00	-	-	-	400,00
Total	51.608,72	-	-	(20.147,87)	31.460,85

11 - PASSIVO CIRCULANTE

a) Fornecedores - São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A entidade não trabalha com Risco Sacado ou Confirming.

b) Empréstimos e Financiamentos: Essa Rubrica é composta por recursos captados junto a terceiros com a finalidade de capital de giro e financiamentos de projetos de expansão e inovações das atividades educacionais.

Instituição Bancária	2023	2022
Total	25.218.753,44	12.235.475,76
Banco Santander Brasil S.A - Investimento	7.999.999,92	7.999.999,92
Banco Santander Brasil S.A - Capital de Giro	13.000.000,00	-
Banco Alfa de Investimentos S.A	4.218.753,52	4.235.475,84

Banco Santander S.A: Refere-se a valor contratado de Empréstimo através do agente financeiro Banco Santander Brasil S/A. Contrato realizado com prazo total de 84 meses, sendo 24 meses de carência e 60 meses de pagamento das parcelas, durante a carência serão pagos somente encargos e a primeira parcela de amortização a partir de 12/2021 e a última em 11/2026. Juros negociados no contrato, composta por Taxa Flutuante: Juros equivalente a taxa efetiva + 100% da taxa do CDI, onde a taxa efetiva é de 0,17% am e 2,00% aa "pro rata temporis".

Banco Santander S.A - Capital de Giro: Cédula de Crédito Bancário - Conta Corrente Garantida nº 00331001290000004760, Taxa de Juros: 0,4000% a.m. + 100,00% do CDI. O objetivo da garantia: Direitos creditórios de uso dos recursos existentes na Conta Vinculada nº. 290004632 de titularidade da GARANTIDORA ("Direitos Creditórios").

Banco Alfa de Investimentos S.A: Refere-se ao valor contratado de financiamento com o BNDES através do agente financeiro Banco Alfa de Investimentos S/A para obra de ampliação do Colégio Marista Ipanema. Contrato realizado com prazo total de 84 meses, sendo 24 meses de carência e 60 meses de pagamento das parcelas. Durante a carência, serão pagos somente encargos e a primeira parcela de amortização será a partir de 02/2021. Os juros negociados no contrato foram de 1,93% a.a. a serem cobrados do agente financeiro ("SPREAD BNDES"), composto com a taxa de longo prazo - TLP e 1,50% a.a. a serem cobrados da beneficiária final pelo agente financeiro credenciado ("SPREAD AGENTE FINANCIERO").

Banco Alfa de Investimentos S.A: Refere-se a valor contratado de FINAME-BNDES para aquisição de equipamentos em 29/09/14 através do agente financeiro Banco Alfa de Investimentos S/A. Contrato realizado com prazo total de 120 meses, sendo 24 meses de carência e 96 meses de pagamento das parcelas, durante a carência serão pagos somente encargos e a primeira parcela de amortização a partir de 11/2016 e a última em 10/2024. Juros negociados no contrato com custo efetivo total de 0,4868% a.m. e 6,00% a.a.

c) Obrigações Trabalhistas: Essa rubrica é composta pelas contas de salários e encargos sociais a pagar.

Obrigações Trabalhistas	2023	2022
Total	18.637.719,60	16.128.191,33
Salários a Pagar	9.937.126,90	9.300.347,14
Encargos Sociais a Pagar	8.700.592,70	6.827.844,19

d) Subvenção a Realizar - Com Restrição - O grupo Subvenção a Realizar apresenta nos anos de 2023 e 2022 o saldo dos contratos de parcerias firmadas com Instituições Públicas que ainda não foram realizados;

e) Contas a pagar - São obrigações a pagar da entidade com terceiros, com prazo de pagamento de até 360 dias (um ano). O montante de 2023 é de R\$ 2.240.939,26.

f) A Provisão constituída e demonstrada no Passivo Circulante refere-se as férias da folha de pagamento, com encargos correspondentes.

g) Receitas Antecipadas - Esse grupo apresenta os valores de Mensalidades Escolares recebidas antecipadamente nos anos de 2023 e 2022:

Receitas Antecipadas	2023	2022
Total	25.009.021,52	23.687.678,33
Mensalidades Escolares Antecipadas	25.009.021,52	23.687.678,33

12 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a) Empréstimos e Financiamentos: Essa Rubrica é composta por recursos captados junto a terceiros, com prazo superior a 360 dias (um ano), com a finalidade de capital de giro e financiamentos de projetos de expansão e inovações das atividades educacionais.

Instituição Bancária	2023	2022
Total	19.813.074,81	32.031.828,25
Banco Alfa de Investimentos S.A	4.479.741,23	8.698.494,75
Banco Santander Brasil S.A	15.333.333,58	23.333.333,50

b) Subvenções a realizar LP - O grupo Subvenção a Realizar apresenta nos anos de 2023 e 2022 o saldo dos contratos de parcerias firmadas com Instituições Públicas que ainda não foram realizados;

c) As Provisões - LP referem-se à provisão constituída para cobrir perdas prováveis em ações Trabalhistas que tramitam na Justiça do Trabalho e ações cíveis que tramitam na Justiça Comum. O grupo Provisões - LP apresenta nos anos de 2023 e 2022 respectivamente a seguinte composição:

Provisões Trabalhistas e Cíveis	2023	2022
Total	1.554.920,00	4.148.487,36
Provisão Indenizações Trabalhistas	1.170.000,00	3.763.567,36
Provisão Indenizações Cíveis	384.920,00	384.920,00

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível cuja probabilidade de perda é possível, conforme apresentado abaixo:

Processos	2023	2022
Total	232.500,00	267.500,00
Trabalhistas	86.000,00	130.000,00
Cíveis	146.500,00	137.500,00

13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O Patrimônio Líquido é formado pelos bens da Entidade, com os acréscimos/decréscimos de superávits/déficits alcançados na execução dos objetivos estatutários.

b) Patrimônio Social - A movimentação do processo de Cisão Parcial no exercício de 2021 e 2022 resultou no montante de R\$ 144.743.312,64 onde ocorreu a total incorporação ao

Patrimônio Líquido de 2023. No exercício de 2023 ocorreu ainda a movimentação referente ao processo de troca de manutenção no montante de R\$ 21.836,44.

c) AJUSTE A VALOR PRESENTE: Em cumprimento à Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova (NBC TG 12) e à Lei 11.638/07, a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

d) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - (IMPAIRMENT): A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM No. 527, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01 – R4) e não obteve indícios de que os montantes estejam registrados a valores não recuperáveis.

e) No exercício de 2022 o Patrimônio Líquido negativo (Descoberto) era no valor de R\$ 4.087.831,88, resultante do processo de cisão realizado em 2021 e, também em virtude do processo de reorganização da entidade que ocorreu em 2022. Com o superávit do exercício de 2023 no montante de R\$ 14.808.752,94, o Patrimônio Líquido no encerramento do exercício de 2023 resultou no montante de R\$ 10.699.534,62.

14 - RESULTADO

a) O superávit do período de 2023 será absorvido pela conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Instituições sem finalidade de lucros em seu item 15.

b) Eventualmente a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, no exercício de 2023 foi recebido o valor R\$ 228.755,74 e em 2022 R\$ 195.167,12.

c) No exercício de 2023 a Entidade recebeu e executou conforme plano de aplicação o valor de R\$ 10.424.392,80 e em 2022 R\$ 8.878.979,97 a título de Subvenção Pública devidamente registrado em contas próprias Patrimoniais e de Resultado, de acordo com a Resolução CFC nº 1.305/10.

d) Os Benefícios usufruídos pela Entidade no exercício de 2023 com a imunidade de Contribuições Previdenciárias e Terceiros, importam em R\$ 51.551.986,22 e em 2022 R\$ 46.528.750,46.

15 - COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém contratos de seguros para coberturas de riscos de seus bens do ativo imobilizado. Os bens imóveis e móveis estão segurados através de apólices de seguros com garantias totais de R\$ 444.345.009,59 e os veículos de R\$ 1.821.913,55.

16 - DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 14 DO CTN - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E ART. 150 DA CF - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- a) A Entidade aplica integralmente suas rendas, subvenções, doações, recursos e o seu eventual superávit operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional, conforme previsto no artigo 20 do seu Estatuto Social;
- b) A Entidade não remunera nem concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeiteiros, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto no artigo 5º do seu Estatuto Social;
- c) A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, conforme previsto no artigo 21 do seu Estatuto Social;
- d) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas de forma digital através das Declarações enviadas para a Receita Federal do Brasil, assegurando assim sua exatidão.
- e) A entidade cumpre com todas as obrigações fiscais (municipais, estaduais e federais) ECD, ECF, DIRF, DCTF, DCTFWeb e EFD-REINF em consonância a Lei complementar 187 de 2021.
- f) Entidade está amparada pelo artigo 150, capítulo VI, alínea C da CF/88; é considerada imune do Imposto de Renda e das Contribuições para a Seguridade Social (Contribuição Social Sobre o Lucro-CSSL), isenta do pagamento de COFINS e PIS sobre faturamento e sobre salários, bem como do pagamento da Cota Patronal do INSS) conforme lei.

17 - DOS FINS FILANTRÓPICOS – EDUCACIONAL

A Entidade atende as exigências da Legislação vigente no artigo 13, inciso III da Lei nº 12.101/09, alterada pelo artigo 6º da Lei nº 12.868/13, posteriormente revogada pelo artigo 20 da Lei complementar nº 187, de dezembro de 2021 e as disposições estatutárias referentes a filantropia, tendo aplicado as bolsas conforme a seguir demonstrados:

Nível	Total Alunos	Nº de alunos pagantes	Nº de alunos com Bolsa Integral em Tempo Integral	Nº de alunos com Bolsa Integral cfe. LC 187/21	Nº de alunos com Bolsa Parcial cfe. LC 187/21	Total de Alunos Bolsistas	Benefícios Complementares convertidos em Bolsas Integrais	Inadimplentes 90 dias	Desconto 100%	Total de Bolsas cfe. Lei 187/21	Necessidade cfe. Lei 187/21 (Aplic. 1x5)
Educação Infantil	2.787	2.211	119	519	4	642		32	25		
Ensino Fundamental	15.804	13.507	0	2.042	79	2.121		212	43		
Ensino Médio	4.991	3.294	0	1.473	49	1.522		210	14		
Total	23.582	19.012	119	4.034	132	4.285	110	454	82	4.395	3.802

O número de alunos pagantes é formado com base no art. 24 da lei 187/21, ou seja, é o total de alunos matriculados, subtraídos pelas bolsas integrais nos termos do inciso I do § 1º do art. 20, pelas outras bolsas integrais concedidas pela entidade (aqui denominado como desconto 100%) e pelo total de alunos inadimplentes por período superior a 90 (noventa dias) cujo

aluno não tenha realizado a matrícula no ano subsequente. O total de bolsas conforme a lei 187/21 é composta pela soma nº de alunos com bolsa integral conforme LC 187/21, número de alunos com bolsa parcial multiplicados por 0,5, número de alunos com bolsa integral em tempo integral multiplicados por 1,4 e os benefícios complementares convertidos em bolsas integrais. O valor dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares no exercício de 2023 foi no montante de R\$ 1.971.500,64. Esse montante encontra-se demonstrado na Demonstração do Resultado do Período no grupo Custo dos Serviços Prestados Área Educacional.

18 - DOS FINS FILANTRÓPICOS - ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais utiliza a Resolução do CNAS Nº 109/09 que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais seguindo a matriz: público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

"SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS de 6 a 15

Descrição da Ação: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

Público Alvo: Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.

Nº de Atendidos: 1248"

"SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS IDOSO +60

Descrição da Ação: Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuem no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

Público Alvo: Atende a idosos a partir dos 60 anos, em situação de vulnerabilidade social.

Nº de Atendidos: 50"

"PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Descrição da Ação: É o programa técnico-profissional para jovens de 14 a 24 anos, que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador.

Público Alvo: Voltado à promoção do acesso ao Mundo do Trabalho para jovens entre 14 e 24 anos, e para pessoa com deficiência, sem limite de idade.

Nº de Atendidos: 265"

"SERVIÇO DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA – SAF

Descrição da Ação: O Serviço de Atendimento à Família – SAF. Atende as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos serviços ofertados pela rede de atendimento.

PÚBLICO ALVO: Famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, com o objetivo fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária

Nº DE ATENDIDOS: 1.500 famílias"

Os valores aplicados no exercício de 2023 com recursos próprios, nos Serviços, Programas e Projetos na área de Assistência Social representaram um custo de R\$ 7.713.189,10

19 - LEI COMPLEMENTAR 187

Em consonância às alterações da Lei Complementar 187 de 2021, a entidade cumpre com todos os requisitos legais, em conformidade com a legislação vigente, conforme art.3º que trata da imunidade para entidades benfeicentes da área da Assistência Social e demais artigos que tratam de assuntos da Assistência Social e Educação.

20 - COMODATO

A entidade possui dois contratos de comodato, sendo um envolvendo veículos e outro de imóveis. Ambos os contratos referem-se ao processo de reestruturação organizacional que foi realizado mediante a Cisão Parcial em 2021 e a Troca de Manutenção realizado em 2022. O contrato de comodato de veículos realizado com a Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA não possui valor financeiro de locação para o exercício de 2023. As despesas relacionadas a manutenção, combustível e taxas veiculares são de responsabilidade da operação da Sociedade Meridional de Educação - SOME e as despesas com depreciação são alocadas na Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA. Para o contrato de comodato dos imóveis realizado com a Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA ficou estipulado que o montante financeiro para o exercício de 2023 segue o seguinte critério de cálculo: 9% sobre a receita brutal dos Colégios pagos subtraindo os financiamentos pagos pela SOME. Os gastos com as manutenções dos imóveis são despesas da operação da Sociedade Meridional de Educação SOME e as despesas com depreciação são alocadas na Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA.

21 - CARTA FIANÇA

A sociedade Meridional de Educação possui uma Carta Fiança no montante de R\$ 131.720,54. Como fiador encontra-se Banco Santander (Brasil) S/A e com o Credor a empresa Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S/A. O objetivo dessa carta fiança é garantir pecuniariamente das obrigações perante termo de Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 72694 - 72696, 72698 - 72700, com seu prazo de vigência iniciado em 28 de dezembro de 2023 e de término em 27 de dezembro de 2024.

22 - EVENTO SUBSEQUENTE

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, não foi constatada, nem é de conhecimento da Administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que, eventualmente, pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nas demonstrações financeiras.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.

DEIVIS ALEXANDRE FISCHER
Presidente
CPF 001.384.830-51

DIEGO OLIVEIRA DA COSTA
Contador CRC/RS 09.9510
CPF 017.604.440-06